

A RELAÇÃO ENTRE AS ORAÇÕES SUBORDINADAS ADVERBIAIS E O TEXTO NARRATIVO

BARROS, Carla Regina Silva

carlaregina@infonet.com.br

OLIVEIRA, Nadia Maria de. (Orientadora)

Graduada em Licenciatura Plena – Português, Especialista em Tecnologia Educacional,
Prof^o do curso de Letras-Português da Universidade Tiradentes – UNIT.

nadiamot@bol.com.br

RESUMO

Desde a constatação da ineficiência de um sistema de ensino de Língua Portuguesa que visava, por excelência, ao ensino da Gramática Normativa como um fim em si mesmo, buscam-se alternativas de elaboração do conteúdo programático de tal disciplina nas escolas de ensino Médio e Fundamental. Atualmente, alguns gramáticos afirmam que a gramática deve ser ensinada a partir da explicação de textos de autores consagrados, antigos e modernos, mas, é claro, fazendo a distinção do uso quando este diferir segundo as épocas. Consiste, então, na descrição do funcionamento geral da língua materna, sobretudo da sua morfologia e sintaxe.

Mas, o que acontece é que muitos profissionais utilizam-se de um método tradicional de ensino em que o professor de Língua Portuguesa coloca-se como o único detentor do conhecimento acerca do uso da referida língua. Essa conduta tradicional foi, em grande parte, responsável pelo surgimento da aversão, por parte do aluno, não só ao estudo, mas à própria Língua Portuguesa, além de ter contribuído consideravelmente para a falência do ensino como

um todo.

Dessa forma, este artigo científico tem como objetivo mostrar que as práticas pedagógicas que ainda mantêm a perspectiva reducionista do estudo da palavra e da frase descontextualizadas impede que o aluno aprenda as orações “funcionando” em um determinado contexto. É através da análise de um texto narrativo de um aluno do Ensino Médio que se observará que os professores necessitam trabalhar os textos de maneira a relacioná-los com os estudo das orações.

Torna-se necessário que haja uma mudança de conduta quanto ao ensino da Língua Portuguesa, que proponha uma reflexão sobre o ensino da Gramática Normativa, dependendo não só da elaboração de material didático adequado, mas principalmente da formação de professores interessados em discutir sobre o que é ensinar Língua Portuguesa.

A RELAÇÃO ENTRE AS ORAÇÕES SUBORDINADAS ADVERBIAIS E O TEXTO NARRATIVO

A discussão em torno do ensino de gramática, que é muito fragmentado e há muito tempo se buscam outras maneiras de elaboração do conteúdo programático dessa disciplina nas escolas de ensino Médio e Fundamental, inspirou o tema “A relação entre as orações subordinadas adverbiais e o texto narrativo”.

Costuma-se dizer que o estudo da gramática é um dos instrumentos que levarão o aluno a ler e a escrever melhor, e se reduz ao ensino da modalidade culta da língua às regras gramaticais, à maneira como ela está sistematizada. Mas, o que se observa é que muitos alunos saem do ensino médio sem saber redigir, com clareza e coerência, um texto simples e não são capazes também de entendê-los. Essa falta de competência de redação e de leitura dificulta na formação do cidadão.

O ensino de língua portuguesa centra-se mais na resolução de exercícios gramaticais por parte dos alunos do que torná-los usuários cada vez mais eficientes da língua materna em seus diferentes aspectos. Ao ensinar análise sintática, o professor preocupa-se mais com a decomposição do período composto em suas diferentes orações e com a classificação dessas orações do que com a montagem dos períodos. Assim, a finalidade do ensino da sintaxe do período composto é classificar uma oração - por exemplo, subordinada substantiva objetiva indireta reduzida de gerúndio - e não compor períodos adequadamente estruturados. Às vezes, o aluno é capaz de fazer essa classificação, mas escreve períodos em que orações subordinadas não estão relacionadas a uma principal.

Um outro problema é que se ensina a gramática sem explicar seu papel no funcionamento da linguagem, ou seja, os professores ensinam as categorias da língua aos alunos, como por exemplo, o substantivo, como este se classifica, em concreto ou abstrato, mas não ensinam aos alunos por que a língua tem palavras concretas e abstratas e qual o papel de cada um desses tipos de palavras na organização dos textos.

Essa atividade, além de “matar” toda a poesia do texto, porque nem a reconhece, favorece, no final, a que o aluno exercite a “competência” de formar frases soltas, o que, como se sabe, vai na direção oposta da textualidade. Merece comentar ainda que o único critério para selecionar as palavras que hão de constituir as frases é outra vez o da classe de palavras. Será que não haveria outras motivações para se explorar esse texto? (ANTUNES 2003, p.73),

Uma situação difícil que acontece com frequência em sala de aula é o tratamento que o professor dá à leitura e à redação. Na produção textual, o professor costuma explicar o texto de forma fragmentada, através de questionários, com perguntas de respostas óbvias, que além de não representarem um desafio para o aluno, não contribuem para levar este à compreensão do sentido global do texto, principalmente, dos mecanismos produtores desse sentido.

Um dos mais sérios problemas do ensino fundamental e médio no Brasil é o da aquisição de competência de leitura e de escrita. Dessa forma, considera-se importante estudar sobre esse assunto como proposta de reflexão aos professores de português que anseiam por novos rumos, pois não perderam as esperanças de um ensino proveitoso, menos seco e mais prazeroso.

O que se observa é que ainda persistem práticas escolares tradicionais do ensino de português inadequadas e irrelevantes, as quais são impróprias aos objetivos mais amplos que legitimamente se pode pretender para o seu ensino. O uso da linguagem deve constituir tanto ponto de partida quanto ponto de chegada. Assim, as atividades de leitura, escuta, escrita e fala

devem visar ao desenvolvimento, no aluno, das habilidades de compreensão, reflexão e construção, e não constituírem barreiras para o desenvolvimento intelectual dos mesmos.

Ultimamente, os professores de português vivem o grande dilema: continuar a prática secular do ensino de gramática normativa ou modificar sua prática a partir da contribuição da lingüística. Esse assunto volta-se à variedade das práticas pedagógicas dos professores de língua portuguesa, que tendem a enriquecer o debate sobre o dilema. Além dos “conservadores” ou “progressistas”, existem aqueles que, dialeticamente, combatem essa divisão e não consideram excludentes as duas disciplinas: a Gramática e a Lingüística.

Esse exercício inadequado já acontece desde o Ensino Fundamental, são práticas pedagógicas que ainda mantêm a perspectiva reducionista do estudo da palavra e da frase descontextualizadas, ou seja, os professores costumam ensinar as orações sem contextualizá-las, a oração é arrancada do texto como independente, e, desse modo, não é vista “funcionando”. Dessa forma, ficam reduzidos os objetivos que uma compreensão mais importante da linguagem poderia originar e a persistir o quadro do insucesso escolar, como também, depreende-se a extraordinária importância, na estruturação do discurso, à relação entre as orações e o texto. Já que são elas que estruturam os enunciados em texto.

Como se pode ver, o ensino da língua merece uma reorientação, muitas e urgentes são as questões observadas na realidade das salas de aula. É necessário que os professores desenvolvam nos alunos o espírito crítico para que juntos cresçam e consigam superar as deficiências e a má orientação de nosso ensino de língua materna.

Para uma maior competência oral e escrita na língua materna por parte das crianças/adolescentes, impõe-se o estudo da gramática na escola. “O papel da escola é ensinar a língua padrão, criando condições para seu uso efetivo, mas para isso é preciso alterar prioridades”

(POSSENTI, 1996, p.54). Não é apenas o senso comum que o diz. São também os lingüistas, os psicolinguistas e os próprios programas curriculares.

O problema está em como abordar essa gramática e que estratégias utilizar para que a sua aprendizagem-reflexão surta os efeitos desejados. A escola não pode criar no aluno a falsa noção de que falar e ler ou escrever não têm nada a ver com gramática. É um fato que não se ensina gramática às crianças pelo mero desejo de que elas saibam distinguir e listar em grupos e subgrupos as classes de palavras e saibam as regras sintáticas como uma espécie de código penal. O papel da gramática é essencialmente o de aperfeiçoar a linguagem e fazer com que o aluno que a estuda reflita sobre ela.

O ensino de teoria gramatical tradicional é desperdiçado em definições e classificações discutíveis, análises acanhadas ou equivocadas, exercícios gramaticais sem objetivos, que consomem muito tempo – irrecuperável para professores e alunos.

A escola não ensina língua materna a nenhum aluno, os falantes, inclusive os alunos em início de escolarização têm conhecimento de uma estrutura complexa. Assim, a escola já ensina aos alunos o que eles já sabem, faltando assim tempo para ensinar o que eles não sabem e trabalhar coisas inteligentes para fazer na aula, como ler e escrever, discutir e reescrever, reler e reescrever mais, para escrever e ler de forma sempre mais sofisticada. POSSENTI (1996, p.31),

A gramática não contempla exclusivamente o estudo da morfologia. Aliás, esta é apenas uma pequena parte que a integra. O profissional em ensino da língua materna deverá ter em conta que a fonologia, a sintaxe, a semântica e até mesmo a pragmática são disciplinas de grande importância dentro da abordagem gramatical. Para PERINI (1997) “o que está errado com o ensino da gramática é que seus objetivos estão mal colocados; a metodologia adotada é seriamente inadequada e a própria matéria carece de organização lógica”.

Ultimamente, os livros didáticos têm procurado incentivar os estudantes através de ilustrações interessantes; é claro que isso pode ajudar, mas não basta. O aluno precisa descobrir o que há de importante no material ou na “matéria” que lhe está sendo apresentada. A meta das aulas de língua materna é conseguir que os alunos desenvolvam e aprimorem sua capacidade comunicativa (LUFT, 2001).

Os professores costumam separar o ensino da gramática da produção/compreensão de textos. TRAVAGLIA (2003) diz que essa dicotomia é posta quando se diz “aspectos gramaticais e textuais da fala/escrita”, pois dessa forma se faz pensar que o que é textual não é gramatical e o que é gramatical não é textual. Em sala de aula, essa crença faz supor uma separação entre as atividades de ensino de gramática e de produção/compreensão de textos.

Acontece que em algumas escolas essa divisão é tão radical que chegam a dividir as aulas de Português em aulas de gramática, aulas de redação e aulas de leitura com professores diferentes. Segundo KOCH (1995), os professores se esquecem de que a maioria dos textos são constituídos por meio de recursos lingüísticos denominados articuladores textuais ou operadores do discurso, responsáveis, em grande parte, pela força argumentativa daqueles.

O que chama atenção, mais uma vez é que apesar de fazerem parte da gramática, a eles é dada pouca atenção nos livros didáticos e nas aulas de língua portuguesa. Para ANTUNES (2002) “A escrita de palavras ou de frases soltas só faz inibir a competência que é necessária para a produção de textos coesos e coerentes, que é a competência para juntar, para articular palavras, orações, períodos, parágrafos”.

Perceber como um texto se constrói, como os vocábulos se organizam é uma aventura diante de qualquer texto, seja ele oral ou escrito, literário ou não literário, popular ou culto,

específico de uma área ou mais geral. Enfim, qualquer que seja a mensagem compreensível, ela é estruturada na base de seu vocabulário e dos seus sintagmas.

... é pela leitura que se aprende o vocabulário específico de certos gêneros de textos ou de certas áreas do conhecimento e da experiência. É pela leitura, ainda, que aprendemos os padrões gramaticais (morfológicos e sintáticos) peculiares à escrita, que aprendemos as formas de organização seqüencial (como começam, continuam e acabam certos textos) e de apresentação (que formas assumem) dos diversos gêneros de textos escritos. ANTUNES (2003, p.75),

Segundo observam Platão & Fiorin (2002), “O texto narrativo, desde os mais simples, como, por exemplo, as fábulas de princesa e dragão, até os mais complexos, possuem uma estrutura comum, passível de ser estudada sistematicamente”. Para eles, o texto relata uma transformação, isto é, uma passagem de um estado inicial para um estado final. Essa característica, a transformação de estados, está presente em qualquer texto e define o que se costuma chamar *narratividade*, que constitui um dos níveis de estruturação do sentido do texto.

O que se observa em sala de aula é que a gramática só fica na exterioridade quando se trata desses processos de construção do texto. Segundo NEVES (2001) é a compreensão desses processos que governa a produção de sentido. A partir daí, o ensino da Língua Portuguesa deve buscar desenvolver no aluno não só a habilidade de compreensão de discursos e de reflexão sobre os mesmos, mas também aguçar neles a vontade de produzir e difundir idéias

A respeito das orações subordinadas, percebe-se que nas aulas de gramática no ensino fundamental e médio, o aluno é levado a ver de maneira artificial o estudo das orações, isto é, elas são ensinadas de forma descontextualizadas. Através de frases soltas, onde não há nenhum empenho em despertar o interesse dos alunos para de onde foram retiradas tais frases. É um

tratamento distorcido em que se perde a oportunidade de mostrar, num texto, bem construído, o modo como os usos escolhidos pelo autor lhe permitiram chegar a determinados efeitos.

A maioria dos livros didáticos apresenta exercícios de gramática que a atenção só vai para rotular, identificar e subclassificar como se a gramática não fosse a responsável pela produção de sentido. De acordo com NEVES (2001) “... a frase é arrancada do texto, como se o texto fosse uma peça morta, simples registro gráfico extenso, do qual se pode tirar um ou outro pedacinho, para dar nome a certas palavras que nele ocorrem”.

Dessa forma, esses exercícios em que se pede para grifar, para circular palavras ou orações, sem nenhuma preocupação em saber qual a utilidade destes ou que efeitos podem provocar em textos, faz com que a escola perca muito tempo com questões de simples nomenclatura e de classificação e deixe de lado o estudo da gramática, que segundo ANTUNES (2003) é “condição indispensável para a produção e a interpretação de textos coerentes relevantes e adequados socialmente”. É através da seleção de bons textos (sejam eles literários, jornalísticos, científicos, meta ou epilingüísticos) e de exercícios e reflexões que se alcançará um ensino satisfatório da Língua Portuguesa, um ensino que desperte no aluno a vontade e a capacidade de buscar a aquisição e a produção de conhecimento através da linguagem..

Segundo a Nomenclatura Gramatical Brasileira, as orações, num período composto bem organizado, se interligam por meio de dois processos sintáticos. Da organização das palavras em enunciados, resultam relações de “igualdade sintática” ou de “dependência sintática”, ou seja, relações de coordenação ou de subordinação. Assim, a coordenação e a subordinação são processos sintáticos. Coordenam-se termos (palavras ou expressões) de mesma função; subordinam-se termos (palavras ou expressões) de diferentes funções sintáticas.

Na coordenação, que é caracterizada por um paralelismo de funções ou valores sintáticos idênticos, as orações têm o mesmo caráter e função, devem ter a mesma estrutura sintático-gramatical e se interligam por meio de conectivos chamados conjunções coordenativas, ou seja, há um processo de encadeamento de idéias. De acordo com GARCIA (2004), as conjunções coordenativas (algumas das quais ligam também palavras ou grupos de palavras – sintagmas - e não apenas orações) relacionam idéias ou pensamentos com um grau de travamento sintático por assim dizer mais frouxo do que os das subordinativas.

As orações coordenadas são classificadas de acordo com o tipo de conjunções que a introduzem. Só devem ser classificadas em aditivas, adversativas, alternativas, conclusivas e explicativas as orações sindéticas. Já as orações coordenadas assindéticas não possuem conjunção.

Na subordinação, não se observa paralelismo, mas desigualdade de funções e de valores sintáticos. Segundo GARCIA (2004), é um processo de hierarquização, em que a união entre as orações é muito mais estreito do que na coordenação. Nesta, as orações se dizem sintáticas mas nem sempre semanticamente *independente*, naquela as orações são sempre *dependentes* de outra, quer quanto ao sentido quer quanto ao travamento sintático. Ele ainda acrescenta que nenhuma oração subordinada subsiste por si mesma, sem o apoio da sua principal ou da principal do período, da qual, por sua vez, todas as demais dependem.

Observa-se que nas aulas de gramática, no ensino tradicional, o ensino das orações de um modo geral é centrado na decomposição dos períodos compostos em diferentes orações e na classificação das mesmas fora de um contexto, ou seja, as orações são arrancadas do texto como independentes e ensinadas de forma descontextualizadas. Dessa forma, o aluno perde o privilégio de aprendê-las “funcionando”, de reconhecer a importância dos elementos que promovem a

progressão de um texto e os conectores na seqüência do mesmo, como também perceber as diversas possibilidades de colocação dos termos da oração e os efeitos de sentido observados com a mudança da ordem dos elementos lingüísticos.

Segundo INFANTE (2001), os períodos compostos de que participam orações subordinadas substantivas e adverbiais têm particular aplicação nos textos dissertativos e textos narrativos, respectivamente. Na construção das orações subordinadas substantivas, podem-se expor e ao mesmo tempo avaliar fatos e conceitos, como também captar a posição do produtor do texto em relação ao tema de que trata, ou seja, é nessas orações que muitas vezes se encontra a opinião de quem escreve. Já as orações subordinadas adverbiais estabelecem diversas circunstâncias que se relacionam com o desenvolvimento mais coerente de seqüências de fatos, como as indicações de tempo, de causa e de conseqüência, e de procedimentos argumentativos.

Para a realização deste artigo, partiu-se de um levantamento bibliográfico, privilegiando material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Além da leitura de autores que tratam do tema, foram realizados fichamentos dos livros com autores de renomes que nortearam o trabalho em busca de fundamentar com precisão a técnica de estudo de caso, que é caracterizado pelo estudo profundo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento.

Este foi realizado com alguns alunos do ensino médio, que apresentam dificuldades no aprendizado das orações subordinadas adverbiais na construção do texto narrativo. Com isso, buscou-se retratar a realidade desses alunos, ou seja, conhecer na prática, o desenvolvimento do trabalho dos professores, levando em conta os problemas encontrados, os quais interferem no processo de aprendizagem.

Além da leitura de autores que tratam do tema, foram recolhidas algumas redações de alunos e analisadas, o que foram decisivas para analisar o tema estudado. O trabalho de campo buscou comprovar as informações coletadas onde entram as partes envolvidas no estudo de caso, buscando compreender as dificuldades que os alunos enfrentam em identificá-las e entendê-las no texto narrativo a sua funcionalidade.

Aproveitando os conceitos já arrolados e esses últimos comentários, passa-se agora, ao estudo e análise de um texto narrativo de um aluno do Ensino Médio de uma escola do estado de Sergipe. Ainda que de maneira simplificada, pretende-se levantar exemplos e analisá-los, observando comportamentos daqueles comumente citados no texto.

TEXTO ORIGINAL

A historia que vou narrar, caro leitor, é uma qualquer, é a de um cidadão brasileiro como você, eu, ou até aquele amigo que você acha que não tem nada haver com você. Esta história é a de Alexi Fonseca e começa no Complexo do Alemão, Rio de Janeiro.

Costumava dizer que Deus nunca fora bom com ele, nasceu na barriga da miséria, e era fruto de um ato violento que sua mãe sofrera ao reagir as investidas de um traficante. Desesperada, sua mãe que já tinha sete filhos, tentou abortar três vezes, mas não obteve sucesso, dando a luz a Alexi, segundo ela, o filho mais feio e desgraçado de todos.

Nunca foi a escola, tinha que trabalhar para sustentar a família, foi criado entre tiroteios e filhinhos de papai que subiam o morro para comprar drogas. Fora a zona sul apenas uma vez para receber uma cesta básica que o governador ia entregar aos pobres no natal, mas isto serviu para despertar nele sua vontade de ser rico algum dia.

Quis estudar, mas só tinha tempo a noite porque de manha ia trabalhar como moleque de recado ou engraxate. Chegou ate se matricular, não tinha nem uma semana quando o chefe do trafico o pegou e falou ameaçador “ Rapá, eu te arranco o couro se tu não respeitá o toque de recolher! Aqui é assim, eu mando em tudo! Só anda de noite quem é das boca, se quer andá de noite rapá, vai ter que vender os bagulho!” Alexi preferiu não enfrentar então largou os estudos.

Sua vida era ruim, mas podia ser pior. Sua desgraça veio numa noite quando sua mãe, doente pediu-lhe para comprar um remédio. Foi silenciosamente até a farmácia, comprou o

remédio, mas quando estava voltando o chefe lhe chamou para uma conversinha e o obrigou a trabalhar no tráfico.

Apesar do seu trabalho noturno não tinha maldade no coração e acreditava que um dia sairia dessa e levaria sua família junto. Mas se não fosse aquele trabalho não conheceria Luciana, o demônio que o desgraçou ainda mais, ela era rica e drogada, ele apaixonado passou a desviar uns pacotes de crack para presentia-la, o chefe não descobriria uma vez que ele passou a ser respeitado por sua honestidade.

Todas as desgraças vieram juntas e o deixaram sem saída, sua mãe estava morrendo, precisava de dinheiro para comprar mais remédio, já estava até vendendo os poucos moveis do barraco, para piorar Luciana engravidou e queria morar com ele no morro, o pai dela estava procurando a filha com ajuda da policia e a maior desgraça: o chefe do trafico descobriu o desvio e estava cobrando a droga se não sua família morreria.

Desesperado, Alexi resolveu assaltar o Banery, sem técnica por ainda ser puro no coração, não soube como agir. Fez todos de reféns e ameaçou matar quando a policia cercou o banco, já estava perdido, ou matava todos ou morria, se arrependia de ter assaltado, mas era a salvação de sua família, de Luciana, poderia arranjar outra casa, fugir do trafico. Mas a policia estava lá, ia mata-lo, não poderia sair ileso, tremendo, saiu do banco e falou.

- Me ajudem, sou um brasileiro desgraçado que apenas usaria o dinheiro para corrigir uma desigualdade!

Quando ia pegar a arma no bolso para por no chão, a policia atirou, estirado no chão o sangue jorrava. Ali findava a vida de Alexi, um brasileiro como você, fruto das injustiças desse país desigual.

O texto acima é um texto narrativo, em que o autor inicia a historia com muitas orações subordinadas adjetivas e substantivas com a intenção de caracterizar a personagem principal Alexi), através da exposição de vários fatos, desde o nascimento do protagonista até a sua juventude, como também de conceituar, expondo sua opinião sobre os fatos que aconteceram e que ainda iram acontecer:

“ A historia **que** vou narrar, ...” (Oração Subordinada Adjetiva Restritiva)

“... , ou até aquele amigo **que** /você acha/ **que** não tem nada haver com você.”

(1)

(2)

- (1) Oração Subordinada Adjetiva Restritiva
- (2) Oração Subordinada Substantiva Objetiva Direta

“ Costumava dizer que Deus nunca fora bom com ele, ...” (Oração Subordinada Substantiva Objetiva Direta)

“..., e era fruto de um ato violento que sua mãe sofrera ao reagir as investidas de um traficante. (Oração Subordinada Adjetiva Restritiva)

“ Desesperada, sua mãe que já tinha sete filhos, tentou abortar três vezes, ...” (Oração Subordinada Adjetiva Restritiva)

“ Nunca foi a escola, tinha que trabalhar para sustentar a família, ...” (Oração Subordinada Substantiva Objetiva Direta)

“ Fora a zona sul apenas uma vez para receber uma cesta básica que o governador ia entregar aos pobres no natal, ...” (Oração Subordinada Adjetiva Restritiva)

Constatada a ocorrência dessas orações no texto narrativo, o que se observa no ensino tradicional é que os professores não trabalham os textos dos alunos dessa forma, ou seja, fazem uma análise destacando as orações, simplesmente, e retiram algumas orações de um texto narrativo qualquer, para que os alunos classifiquem as orações subordinadas. Entretanto, em nenhum momento, fazem uma análise do texto mostrando a relação que existe entre as orações destacadas e a tipologia textual.

No desenvolvimento e conclusão da narrativa, percebe-se que o autor utiliza várias orações subordinadas adverbiais com a intenção de situar o tempo e o espaço da narrativa e auxiliar no desenvolvimento mais coerente de seqüências de fatos, como tempo, causa e

conseqüência e outros. Chama a atenção à predominância de orações subordinadas adverbiais de tempo e uso de períodos curtos que deram agilidade à narrativa. Além disso, é importante ressaltar para o aluno a importância dessas orações, já que se trata de um texto narrativo. Assim, essa predominância de orações subordinadas adverbiais temporais está relacionada diretamente à narrativa, visto que o autor deixa claro o tempo em que as ações ocorrem no texto.

“..., não tinha nem uma semana quando o chefe do trafico o pegou.” (Oração Subordinada Adverbial de Tempo)

“ Sua desgraça veio numa noite quando sua mãe, doente pediu-lhe para comprar um remédio.” (Oração Subordinada Adverbial de Tempo)

“ Apesar do seu trabalho noturno, não tinha maldade no coração e acreditava que um dia sairia dessa e levaria sua família junto.” (Oração Subordinada Adverbial Concessiva)

“..., o chefe não descobriria uma vez que ele passou a ser respeitado por sua honestidade.” (Oração Subordinada Adverbial Causal)

“ ... ameaçou matar quando a policia cercou o banco,...” (Oração Subordinada Adverbial de Tempo)

“ **Quando** ia pegar a arma no bolso para por no chão, a policia atirou,...” (Oração Subordinada Adverbial de Tempo)

Procurou-se descrever, brevemente, neste artigo, o comportamento das estruturas subordinativas em textos narrativos. A hipótese inicial de uso das orações subordinadas

adverbiais em textos narrativos, pôde ser comprovada pelos exemplos encontrados no corpus analisado. Assim como a importância delas na construção do texto.

Verificou-se em primeira análise do texto escolhido, os casos em que se encontram estruturas de subordinação que pudessem responder à classificação das gramáticas tradicionais e encontrou-se um grande número de exemplos de subordinação entre as frases e parágrafos – principalmente orações subordinadas adverbiais. Na análise de alguns excertos, procurou-se mostrar o quanto às orações subordinadas adverbiais auxiliam na organização do texto narrativo por dar agilidade e situar o tempo e espaço da mesma, como também contribuirão na continuidade das idéias desenvolvidas pelo autor.

Portanto, é preciso que os professores que persistem no exercício de práticas pedagógicas inadequadas que ainda mantêm a perspectiva reducionista do estudo da oração descontextualizada, na qual a oração é arrancada do texto como independente, se conscientizem de que o aluno tem o direito de sair do Ensino Médio sabendo redigir, com clareza e coerência um texto, que a oração deve ser ensinada com a utilização de textos, ou seja, com a leitura de textos de diferentes gêneros/tipos (narrativos, expositivos, informativos, argumentativos, etc) com a finalidade de fazer com que o aluno perceba a estrutura de um texto, quais as relações estabelecidas dentro do texto, como também o modo de organização textual e perceber a importância das relações lógico-semânticas (causa, condição, oposição, conclusão, explicação, consequência, proporcionalidade, tempo) estabelecidas pelos diferentes conectores, na ligação entre as orações. Dessa forma, aqueles que se dizem detentores do saber devem torná-los usuários cada vez mais eficientes da língua materna em seus diferentes aspectos e que se deve ensinar a gramática mostrando a sua funcionalidade na linguagem.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Irandé. **Aula de português – encontro & interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

AZEREDO, José Carlos. **Língua Portuguesa em debate: conhecimento e ensino**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Lingüístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Ática, 1999.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto – leitura e redação**. 16^a ed. São Paulo: Ática, 2002.

INFANTE, Ulisses. **Curso de gramática aplicada aos textos**. 6.ed. São Paulo: Scipione, 2001.

KOCH, Ingedore. **Argumentação e linguagem**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

KOCH, Ingedore. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

KOCH, Ingedore. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Cortez, 1995.

LUFT, Celso Pedro. **Língua e liberdade**. 8.ed. São Paulo: Ática, 2001.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna**. 24a ed. Rio de Janeiro, FGV, 2004.

PERINI, Mário A. **Sofrendo a gramática: ensaios sobre a linguagem**. São Paulo: Ática, 1997.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática ensino plural**. São Paulo: Cortez, 2003.

